

Avanços e desafios na implantação da PNMIF

Prevfogo/Ibama

Brasília, 04/11/2025.

www.gov.br/ibama



Política Nacional de Manejo Integrado do Fogo:

LEI Nº 14.944, DE 31 DE JULHO DE 2024

Objetivo: Promover a articulação interinstitucional com vistas ao manejo integrado do fogo, visando à redução da incidência e dos danos dos incêndios florestais no país e a restauração do papel ecológico e cultural do fogo.

São instrumentos da Política Nacional de Manejo Integrado do Fogo, sem prejuízo de outros que vierem a ser constituídos:

I - os planos de manejo integrado do fogo;

II – os programas de brigadas florestais;

III - o Sistema Nacional de Informações sobre Fogo (Sisfogo);

IV – os instrumentos financeiros;

V - as ferramentas de gerenciamento de incidentes;

VI - o Ciman Federal (Centro Integrado Multiagências de Coordenação Operacional);

VII – a educação ambiental.



Art. 15. Fica instituído o Sistema Nacional de Informações sobre Fogo (Sisfogo) como ferramenta de gerenciamento das informações sobre incêndios florestais, queimas controladas e queimas prescritas no território nacional.

Parágrafo único. As informações de que trata o caput deste artigo serão divulgadas periodicamente no sítio eletrônico do Sisfogo, com amplo acesso à população.



Art. 16. O Sisfogo integra o Sistema Nacional de Informações sobre Meio Ambiente (Sinima), referido no inciso VII do *caput* do art. 9º da Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, e tem os seguintes objetivos:

I - armazenar, tratar e integrar dados e informações e disponibilizar estudos, estatísticas e indicadores para auxiliar na formulação, na implementação, na execução, no acompanhamento e na avaliação das políticas públicas relacionadas com o manejo integrado do fogo;

II - promover a integração de redes e sistemas de dados e informações sobre o manejo integrado do fogo;



III - garantir a interoperabilidade dos sistemas de dados e informações, conforme os padrões definidos pelo Comitê Nacional de Manejo Integrado do Fogo.

Parágrafo único. O Sisfogo adotará os padrões de integridade, de disponibilidade, de confidencialidade, de confiabilidade e de tempestividade estabelecidos para os sistemas informatizados do governo federal.

Art. 20. Compete ao Ibama, por meio de seus centros especializados, disponibilizar sistema padronizado, informatizado e seguro que permita o intercâmbio de informações entre as instituições que integram o Sisfogo.



Art. 19. Constarão do Sisfogo informações e dados relativos a:

I - registros de ocorrências de incêndios florestais;

II - registros de autorizações e de realização de queimas controladas e prescritas;

III - alertas de ocorrência de incêndios florestais;

IV - recursos humanos e materiais dos órgãos e das entidades que atuem na prevenção e no combate aos incêndios florestais;

V - espacialização das queimadas ou dos incêndios com a inserção de coordenadas em forma de pontos, linhas ou polígonos;

VI - outros dados e informações definidos pelo Comitê Nacional de Manejo Integrado do Fogo.



Centro Integrado Multiagências de Coordenação Operacional Federal – Ciman Federal

- Inicialmente foi instituído pelo Decreto nº 8.914 de 24/11/2016;
- Passou a ter previsão na Lei 14.944 de 31/07/2024 (Política Nacional de Manejo Integrado do Fogo);
- Regulamentado pelo Decreto nº 12.173 de 10/09/2024



Presidência da República
Casa Civil
Secretaria Especial para Assuntos Jurídicos

DECRETO Nº 12.173, DE 10 DE SETEMBRO DE 2024

Dispõe sobre o Comitê Nacional de Manejo Integrado do Fogo e sobre o Centro Integrado Multiagência de Coordenação Operacional Federal.

O **PRESIDENTE DA REPÚBLICA**, no uso das atribuições que lhe confere o art. 84, *caput*, incisos IV e VI, alínea "a", da Constituição, e tendo em vista o disposto no art. 6º, no art. 26 e no art. 27 da Lei nº 14.944, de 31 de julho de 2024,

DECRETA:

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Este Decreto dispõe sobre o Comitê Nacional de Manejo Integrado do Fogo, órgão consultivo e deliberativo da Política Nacional de Manejo Integrado do Fogo e sobre o Centro Integrado Multiagência de Coordenação Operacional Federal – Ciman Federal, órgão de caráter operacional, vinculado ao Comitê Nacional de Manejo Integrado do Fogo, com a função de monitorar e articular as ações de controle e de combate aos incêndios florestais.



- Art. 9º Ao Ciman Federal, de caráter operacional, vinculado ao Comitê Nacional de Manejo Integrado do Fogo, com a função de monitorar e articular as ações de prevenção, de controle e de combate aos incêndios florestais, compete, sem prejuízo de outras atividades designadas pelo Comitê Nacional de Manejo Integrado do Fogo:

I - monitorar a situação dos incêndios florestais no território nacional;

II - instalar sala de situação única com caráter operacional;

III - promover, em sala de situação única e a partir de comando unificado, o compartilhamento de informações sobre as operações em andamento;

IV - integrar o trabalho das instituições envolvidas no monitoramento e no combate aos incêndios florestais no território nacional;



V - coordenar e planejar as ações de combate aos incêndios florestais que extrapolem o poder de resposta das instituições estaduais e distritais, de maneira a promover a criação de protocolos de apoio mútuo e de colaboração técnica e financeira entre as instituições participantes;

VI - dar publicidade e transparência às grandes operações de prevenção e combate aos incêndios florestais no território nacional;

VII - apresentar relatório anual sobre a situação dos incêndios florestais no território nacional, de maneira a indicar o aperfeiçoamento das ações de prevenção e de combate;

X - articular-se, por meio de sua Coordenação ou representantes por ela indicados, com os centros integrados multiagências de coordenação operacional estaduais e distrital.



Portaria pessoal Ibama nº 1.809, de 18 de agosto de 2025

Coordenação:



Membros:



MINISTÉRIO DO
MEIO AMBIENTE E
MUDANÇA DO CLIMA



Novos membros



Art. 11. A Secretaria-Executiva do Ciman Federal será exercida pelo IBAMA, que prestará apoio administrativo e técnico ao seu funcionamento.

Art. 13. O Ciman Federal se manifestará por meio do Plano de Ação do Incidente - PAI e do Boletim, que serão levados ao conhecimento de seus membros e do Comitê Nacional de Manejo Integrado do Fogo.

§ 1º O Plano de Ação do Incidente de que trata o caput consiste em documento do Sistema de Comando de Incidentes, que apresenta informações operacionais e logísticas para enfrentamento a incêndios florestais.

§ 2º O Boletim de que trata o caput consiste em documento, a ser atualizado e disponibilizado regularmente em sítio eletrônico próprio, com informações sobre os incêndios florestais e as ações do Governo federal de prevenção e combate nos determinados incidentes.



Ciman Federal - Decreto 2.173, de 10 de setembro de 2024

Plenário

Monitorar os IFs no território nacional

Promover em sala de situação única o compartilhamento de informações sobre as operações em andamento

Integrar o trabalho das instituições envolvidas no monitoramento e no combate aos incêndios florestais no território nacional

Dar publicidade e transparência às grandes operações de prevenção e combate aos IFs no território nacional

Articular-se, por meio de sua Coordenação ou representantes por ela indicados, com CIMANs estaduais e distrital

Elaborar relatório anual das **suas atividades**, que indicará, quando aplicável, ações em cada bioma

Coordenar e planejar as ações de combate aos IFs que extrapolem o poder de resposta das instituições estaduais e distritais, de maneira a promover a criação de protocolos de apoio mútuo e de colaboração técnica e financeira entre as instituições participantes

Apresentar relatório anual sobre a **situação dos incêndios florestais no território nacional**, de maneira a indicar o aperfeiçoamento das ações de prevenção e de combate

Grupos de Trabalho

Sala de Situação

Acionar os meios disponíveis das instituições participantes para resposta aos IFs

Operacionalizar o compartilhamento de informações sobre a ocorrência de IFs e sobre as operações em andamento

Buscar soluções conjuntas para o combate aos IFs

Secretaria-Executiva

Regimento interno

Art. 14. Em caso de situações de crise, o Ciman Federal instalará sala de situação única, com caráter operacional para o compartilhamento de informações sobre as operações em andamento.

§ 1º Compete à sala de situação única:

- I - acionar os meios disponíveis das instituições participantes para resposta aos incêndios florestais;
- II - operacionalizar o compartilhamento de informações sobre a ocorrência de incêndios florestais e sobre as operações em andamento; e
- III - buscar soluções conjuntas para o combate aos incêndios florestais.

§ 2º A criação de sala de situação única se dará por decisão do Ciman Federal, registrada em ata, a partir da identificação de situação de crise envolvendo incêndios florestais que requerem atenção e ação urgentes para proteção da vida e da saúde humana, do meio ambiente e de propriedades.

§ 3º A composição e o funcionamento da sala de situação única serão estabelecidos na ata de reunião que a instituir, nos termos do disposto no regimento interno do Ciman Federal.



Política Nacional de Manejo Integrado do Fogo

Sisfogo

Programas de Brigadas Florestais
(IBAMA, ICM/Bio, Estados, Municípios e iniciativa privada)

Institutos Financeiros

Planos de Manejo Integrado do Fogo

Instrumentos da PMIF

COORDENAÇÃO ESTRATÉGICA

Comitê Nacional de Manejo Integrado do Fogo - Comif

Instâncias Estaduais Interinstitucionais de Manejo Integrado do Fogo

Normatizações

COMBATE

Nível 3

Ciman Nacional

Acionamento

Nível 2

Ciman Estadual

Acionamento

Unidades de Conservação
estaduais/municipais

Unidades de Conservação
Federais

Nível 1

Municípios
(Terras particulares e
públicas)

Terras Indígenas e
Assentamentos Federais

Assentamentos Estaduais

Quilombolas

PREVENÇÃO

Uso do Fogo

Monitoramento

Substituição uso do
fogo

Educação Ambiental

Pesquisa










RESPONSABILIZAÇÃO

Responsabilização
(laudo técnico)

Administrativa
Civil e Criminal



Sistema de autorização de uso do fogo

ESTADO	SISTEMA	AUTORIZAÇÃO	FISCALIZAÇÃO	POLÍGONO
 Acre	Sistema de Meio Ambiente do Acre (S-IMAC)	01 (2024) 04 (2025)	Vistoria prévia em áreas > 60 ha	Centro Integrado de Geoprocessamento e Monitoramento Ambiental
 Amapá	Prodoc	02 (2024)	Vistoria: durante a validade da autorização; e mediante denúncia	Somente **ASV, via Sinafor
 Amazonas	Não	01 (2019-2025)	Vistoria prévia a liberação da *LAU de **ASV; e monitoramento por sensoriamento remoto	Coordenadas geográficas registrada em papel
 Maranhão	SIGLA	38 (2023) 56 (2024)	Vistoria e possibilidade de acompanhamento da queima	Registrado no sistema e no verso da autorização
 Mato Grosso	Sistema Integrado de Monitoramento e Licenciamento Ambiental; Sistema Integrado de Gestão Ambiental; E-SAC***	1.676 (2020-2024)	Fiscalização e monitoramento por sensoriamento remoto	Registrado no Geoportal da SEMA
 Pará	Portal de Atos Autorizativos; Sistema Integrado de Monitoramento e Licenciamento Ambiental; Sistema de Licenciamento Ambiental Municipal	13 (2020-2024)	Fiscalização e monitoramento por sensoriamento remoto	Registrado no Portal do Programa Regulariza Pará
 Rondônia	SEDAM	47 (2021) 88 (2022) 172 (2023) 93 (2024)	Vistoria prévia e fiscalização	Registrado no Geoportal da SEDAM
 Roraima	Sistema Único da FEMARH	215 (2023) 291 (2024)	Fiscalização por denúncia e monitoramento por sensoriamento remoto	Registrado no SIGGARR
 Tocantins	Sistema Integrado de Gestão Ambiental	2.143 (2021) 399 (2022) 1.079 (2023) 805 (2024)	Vistoria prévia e denúncia	Registrado no SIGAM



















*LAU: Licença Ambiental Única
**ASV: Autorização de Supressão de Vegetação
***E-SAC: SEMA virtual

Embora o uso do fogo seja licenciável, a adesão dos produtores rurais ao processo de autorização é baixa.

É fundamental consolidar sistemas de autorização de queimas controladas acessíveis aos diferentes atores e garantir apoio técnico adequado, especialmente para o uso cultural do fogo.



Centro Integrado Multiagência de Coordenação Operacional (CIMAN)

ESTADO	SITUAÇÃO CIMAN ESTADUAL EM 2023	
 Acre		Não existe um CIMAN Estadual, porém o estado conta com dois espaços que cumprem esse papel, a Sala de Situação e Monitoramento Ambiental (SISMA) presidida pela SEMA; e o Grupo Operacional de Comando e Controle (Decreto 11.474/2024), liderado pela Casa Civil.
 Amazonas		Não possui CIMAN Estadual.
 Amapá		Não possui CIMAN Estadual.
 Maranhão		Não possui CIMAN Estadual, porém instaurou o Comitê Estratégico para a Prevenção e Combate ao Desmatamento Ilegal, Exploração Florestal Ilegal e Incêndios Florestais (CEDIF-MA) em 2023.
 Mato Grosso		O CIMAN Estadual foi substituído pela Sala de Situação Central (SSC), criada em 2023 (Decreto Estadual n° 392), coordenada pelo CBM. Ainda conta com mais dois espaços coletivos para tratar do tema fogo, o Comitê Estadual de Gestão do Fogo e o Comitê Estratégico para o Combate do Desmatamento Ilegal, a Exploração Florestal Ilegal e aos Incêndios Florestais (CEDIF), criado em 2020 e que possui um papel mais político estratégico.
 Pará		Não possui um CIMAN estadual ativo, porém instaurou o Comitê Integrado de Resposta à Estiagem e Incêndios Florestais no Pará em 2023 e a Sala de Situação presidido pelo CBM.
 Rondônia		Não possui CIMAN Estadual ativo. Foi implantado o CIMAN em 2019 (Decreto n° 24.177), porém o mesmo foi revogado em 31 de outubro do mesmo ano. No seu lugar, atuam o Comitê do fogo e o Comitê Gestor para Adaptação e Enfrentamento às Mudanças Climáticas (Decreto n° 28.613/2023, alterado pelo decreto 29.556/2024).
 Roraima		O espaço de articulação interinstitucional se dá através do Comitê Estadual de Prevenção, Controle de Queimadas e Combate aos Incêndios Florestais.
 Tocantins		O espaço de articulação interinstitucional se dá através do Comitê Estadual de Prevenção e Controle às Queimadas e Combate aos Incêndios Florestais.

GESTÃO
FOGO
AMAZÔNIA

IPAM
Amazônia

Da Fragmentação à Referência em Integração de Dados



Situação Atual

Fragmentação de dados e sistemas

- ✗ Sistemas isolados
- ✗ Falta de padronização
- ✗ Dados duplicados
- ✗ Baixa interoperabilidade

Consequências:

- Ineficiência operacional
- Falta de transparência
- Duplicação de esforços
- Resposta lenta a emergências
- Falta de contexto do fogo

Oportunidade

Integração nacional como diferencial

- ✓ Sistema unificado
- ✓ Padrões nacionais
- ✓ Dados consistentes
- ✓ APIs interoperáveis

Benefícios:

- Eficiência operacional
- Transparência total
- Otimização de recursos
- Resposta rápida e coordenada

Urgência



Demandas ambientais crescentes



Pressões internacionais



Aumento de eventos críticos

A Plataforma SISFOGO



Módulos do Sistema

Queimas
Controladas

CIMAN Virtual

Sisfogo

Registro de
Ocorrência de
Incêndios - ROI

Combate e
Monitoramento
de Queimadas

EXECUÇÃO



Visão

Sistema Nacional de Informações sobre Fogo: plataforma tecnológica inovadora, integrada e colaborativa para gestão estratégica do manejo integrado do fogo.



Escopo



27 UF

+ órgãos federais



**Todos os biomas
brasileiros**



Tecnologia



IA e Analytics avançados



APIs padronizadas



Governança



Estrutura multi-nível



Comitês especializados

Planejamento - 2025

- ROI – Registro de Ocorrência de Incêndio

Informações sobre queimas controladas e prescritas

Resolução nº 4/25 -
Comif



Perspectivas para 2025/2026

- Ter um fluxo de informação mais rápido e preciso sobre os combates em andamento;
- Maior integração entre os órgãos de resposta;
- Dar transparência às ações de combate realizadas;
- Distinguir queimas autorizadas das não autorizadas;
- Concentrar em um único ambiente (Sisfogo) os dados de queimas prescritas por comunidades indígenas e quilombolas ou em unidades de conservação;
- Diminuir a área queimada por incêndios florestais no país.





Desafios



- Consolidar os diferentes saberes e integrar os atores envolvidos;
- Saber lidar com as mudanças do clima;
- Integrar 27 UF's e municípios;
- Módulos de autorização de queima controlada;
- Padronizar conceitos;
- Sensibilizar sobre o MIF.

Agradecimento

Contato

prevfogo.sede@ibama.gov.br
atendimento.sisfogo@ibama.gov.br

Lawrence Nóbrega
Coordenador de Monitoramento e Combate
aos Incêndios Florestais
Prevfogo/Ibama



@ibamagov